



TRAJETÓRIA DOCENTE DA PROFESSORA MARIA RUTH DE SOUSA NOS ANOS AUTORITÁRIOS (1970 – 1985)¹

Luziel Augusto da Silva

Universidade Federal da Paraíba

luziel.augusto@hotmail.com

Resumo: A reconstrução de trajetórias docentes nos anos de 1970 a 1985, no período da ditadura civil-militar, configura-se como importante investigação para a escrita da história da educação e da docência. Vale ressaltar que, neste momento histórico, inúmeros processos de formação profissionais e práticas pedagógicas foram construídos e desconstruídos. A educação foi compreendida de maneira funcional nesta época, pois era autoritária, controladora e repressora. Assim, as experiências educacionais desenvolvidas nos anos autoritários estavam fundamentadas no tecnicismo pedagógico, que tinha como princípios a racionalidade, eficiência e a produtividade. Com isto, a intenção era alcançar o máximo resultado com o mínimo dispêndio. A não duplicação de meios para fins idênticos passam a ser incorporados na legislação educacional do período, configurando-se uma orientação produtivista da educação com força legislativa (SAVIANI, 2008). Nesse contexto, houve modificações no perfil docente, gerando inúmeros desafios para o exercício professoral, tanto no plano teórico como no plano prático incluindo-se na metodologia, na utilização de recursos, etc., que contribuíram para o surgimento de novas configurações de identidades docentes. O presente trabalho tem como objetivo compreender a profissão docente a partir da história de vida da professora Maria Ruth de Sousa, tomando como referência o período de 1970 a 1985; como também identificar pontos de articulação entre o passado e o presente. Para tanto, realiza uma análise da trajetória docente da professora a partir de sua história de vida, em conexão com o contexto histórico, que é a ditadura militar. O trabalho utiliza-se da abordagem biográfica, que coloca em conexão a vida pessoal e a vida profissional, a vida e a história, fazendo “reaparecer os sujeitos face às estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído” (NÓVOA, 1995, p. 18). Assim, também utilizamos fontes legais, documentais, bibliográficos e iconográficos, os quais encontramos partes destes em instituições públicas e no acervo pessoal da professora Maria Ruth de Sousa. O trabalho contribuiu para a compreensão da profissão docente em determinada conjuntura histórica. Afinal a profissão sofreu mudanças trágicas no período da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Trajetória, Anos autoritários, Professora Maria Ruth de Sousa.

¹ Pesquisa do Projeto de Iniciação Científica PIBIC 2015/2016: *PROFESSORA MARIA RUTH DE SOUSA: UMA TRAJETÓRIA DOCENTE EM TEMPOS DE DITADURA (1970-1985)*, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante da pesquisa realizada no projeto de iniciação científica intitulado: *PROFESSORA MARIA RUTH DE SOUSA: UMA TRAJETÓRIA DOCENTE EM TEMPOS DE DITADURA (1970-1985)*.

A reconstrução de trajetórias docentes nos anos da Ditadura configura-se como importante objeto de investigação para a escrita da história da docência e da educação brasileira, sobretudo porque neste momento histórico processos de formação profissionais e práticas pedagógicas foram desconstruídos mediante uma perspectiva educacional funcional, planejada, autoritária e controladora.

Nesse contexto, o perfil docente modificou-se, pois foram colocados inúmeros desafios para o exercício professoral, tanto no plano teórico, como no prático. Isto tudo na metodologia, na utilização de recursos, contribuindo para o surgimento de novos perfis docentes, viabilizados pelo discurso educacional e por um conjunto de ideias e representações da docência. Para compreender a história da docência em um contexto minado como

esse, fez-se necessário a investigação de trajetórias de vida de professores. Feito isto, possibilitou-se conhecer e questionar o passado educacional, compreendendo as contribuições do personagem estudado para o conhecimento histórico, abrindo horizontes para pensar as relações entre o indivíduo e a sociedade, o indivíduo e o seu tempo, evidenciando o caráter de uma vida ao mesmo tempo particular e social.

Além disso, o trabalho teve por objetivo analisar a profissão docente, tomando o período de 1970 a 1985 como contexto histórico de referência. Com este recorte, refletiu-se a trajetória de vida da professora Maria Ruth de Sousa, definindo os papéis ocupados, assim como as práticas culturais desenvolvidas em sua existência, colocando em discussão fatores que contribuíram para transformação, renovação e desvalorização da profissão professor atualmente. Por isto, adotou-se no trabalho de pesquisa o enfoque qualitativo, através da abordagem biográfica. Desta maneira, foi viável uma aproximação com a realidade, revelando a vivência pessoal e profissional do investigado em conexão com seu contexto sócio-histórico.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Há muitos fatores que influenciam o modo de pensar, de sentir e de atuar dos professores, ao longo do processo de ensino: o que são como pessoas, os seus diferentes contextos biológicos e experienciais, isto é, as suas histórias de vida e os contextos sociais em que crescem, aprendem e ensinam (HOLLY, 1995, p. 82).

Dessa forma, não é apenas uma parte de nós que se torna professor, mas a totalidade do eu, as diversas dimensões que engloba a personalidade do sujeito e os contextos sociais em que está envolvido. Sendo assim, é preciso equilibrar a dimensão pessoal e a profissional, em razão de que as duas coincidem, misturam-se e se afetam reciprocamente. Deste jeito, estando bem na dimensão pessoal, a dimensão profissional também vai bem, equilibrando bem o sentimento e a razão em todas as ocasiões.

Além disso, o caminho metodológico do trabalho foi marcado pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica. Deste modo, considerando fontes escritas e iconográficas, recoloca-se os professores no centro das discussões e das problemáticas da profissão, fazendo reaparecer os sujeitos frente às estruturas e aos sistemas, a qualidade frente à

quantida

de, a vida frente ao direito conquistado pelo sujeito (Nóvoa, 1995). Aliás, as fontes adotadas serviram de embasamento teórico-metodológico. Com isto, emergiu a compreensão da profissão docente, sobretudo na identificação das conexões entre o presente e o passado do labor escolar, explorando ao máximo o método biográfico — que possibilita tecer reflexões sobre o exercício e a imagem da docência, no período da ditadura civil-militar.

O levantamento das fontes escritas da professora Maria Ruth de Sousa possibilitou o contato com diversas fontes iconográficas, além da compreensão de sua trajetória de vida e de seu percurso docente. Assim sendo, foi possível conhecer as práticas educativas e os saberes sobre a profissão professor no contexto histórico retrato nesta pesquisa — no caso a ditadura civil-militar. Tudo isto só foi possível porque utilizamos alguns materiais e equipamentos que possibilitaram a coleta dos dados do estudo.

TRAJETÓRIA DE MARIA RUTH DE SOUSA

A partir das fontes encontradas, foi possível traçar o percurso formativo da Professora Maria Ruth de Sousa — que iniciou no momento de seu nascimento (em 22 de janeiro de 1930, na cidade de misericórdia, hoje Itaporanga). Neste



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

período, o país passava por momentos de radicalização política. Ou seja, era época de efervescência ideológica substancialmente rica na diversidade de projetos políticos distintos para a sociedade brasileira. Por conta disto tudo, existia uma disputa entre quatro projetos que objetivavam construir um Brasil Novo. Estes projetos eram representados pelos liberais (defensores de uma nova pedagogia inspiradas nas ideias Escolanovistas de John Dewey), pelos Católicos (defensores da pedagogia tradicional), pelos Integralistas (entidade que surgiu nos anos 30) e pelos Aliancistas (entidade constituída por uma boa parte das classes populares). Nesse contexto político, o governo era central na disputa, pois se colocou de forma neutra.

A república velha se caracterizou por uma paulatina modernização do país às custas da reorganização capitalista da cafeicultura. Indústria, crescimento urbano, melhoria de transportes, prolaterização etc. apareceram subjugados à política do café-com-leite, pela qual os fazendeiros de café de São Paulo se alternavam com os mineiros no comando do país, dirigindo os interesses da importação e exportação do café como se fossem os exclusivos interesses da Nação

(GHIRAL

DELLI, 1994, p. 40).

Em concordância com o autor acima, a política antes da Revolução de 30 era conhecida com República das Oligarquias. Reportando para o interior da Paraíba, mais precisamente na cidade de Misericórdia², onde o Coronelismo era forte mesmo com a Revolução de 1930, que inverteu a situação do Brasil. Aos poucos, estas oligarquias foram cedendo lugar aos grupos coligados de tecnocratas, militares e latifundiários industriais, os quais levaram Getúlio Vargas ao poder, assumindo o governo de forma provisória.

Passando alguns anos de seu nascimento, Maria Ruth iniciou o Ensino Primário no Grupo Escolar Dom Vital³. Segundo Saviani (2004), os grupos escolares constituíam um fenômeno tipicamente urbano, já que no meio rural ainda predominava, naquele momento, as escolas isoladas.

Nos anos 1930, [...] a instrução era oferecida nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas, Escolas Operárias e Escolas Subvencionadas. [...] Grupos Escolares ofertavam o Curso Primário completo, ou

² Atual Itaporanga no alto sertão do estado da Paraíba.

³ A referida escola foi à primeira instituição escolar pública da cidade, inaugurada em 1937 pelo decreto 195 do dia 10 de abril, o grupo era administrado pelos frades da ordem dos capuchinhos, pertencentes à arquidiocese de Olinda e teve como sua primeira diretora a Professora Dona Doralice Pedrosa.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

seja, composto por Curso Infantil, curso Elementar e Curso Complementar (MORAIS; SILVA; COSTA, 2015, p. 68-69).

Naquele tempo, existiam várias instituições de ensino. Entre elas os grupos escolares, que eram instituições destinadas à instrução das primeiras letras e práticas de leitura, direcionados à seleção e à formação da elite urbana. Por esse motivo, possuíam notória importância para a educação brasileira no período da Primeira e Segunda República. Segundo Escolano (1998, apud, Esquisiani e Werle, 2010), os espaços escolares são lugares dotados de significados que transmitem estímulos, valores e conteúdos diversos chamados de currículo oculto, impondo as suas leis como organizações disciplinadoras. Portanto, essas instituições escolares guardam símbolos, ritos e valores que se presentificam no sujeito condicionado.

Quando a professora Maria Ruth de Sousa foi estudar no grupo escolar Dom vital (posteriormente Simeão Leal), esta instituição ainda possuía notoriedade na cidade de Misericórdia. Após esses primeiros estudos, foi cursar o curso normal, que pela legislação vigente, no ano de 1946, era ministrado em dois Ciclos. O primeiro deles era de quatro anos e

correspo
ndia ao

Ensino Ginásial. O segundo era de três anos e correspondia ao Ensino Colegial. A Escola Normal Padre Diniz era uma instituição que oferecia o primeiro ciclo do magistério. Nesta instituição, Maria Ruth diploma-se professora em 1949. Logo em seguida, concluiu a formação pedagógica e assumiu sua primeira turma na Escola Simeão Leal. Nesta época, os movimentos por reformas de base já estavam em fermentação, principalmente no interior paraibano. Em 1960, ela deixa Itaporanga e vem para João Pessoa para lecionar no Grupo Escolar Santo António.

No início da década de 60, debatia-se no país a defesa da Escola Pública. Com isto, gerou-se uma campanha, conferências e congressos sobre esta temática, o que fomentava ainda mais os movimentos de Educação Popular. Também, durante o seu exercício professoral no Grupo Escolar Santo António, ocorreu o golpe de 1964. Depois disto, desencadeiam-se várias medidas repressoras, entre as quais se destacam a Reforma do 1º e 2º Graus, a Reforma Universitária de 1968 e as Reformas do Curso de Formação de Professores.

Após o movimento Civil-Militar de 1964, os rumos políticos e econômicos foram reorganizados na ótica do controle capitalista internacional. Com isto, aumenta-se as contradições existentes. Mais uma a educação também passa por



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

inúmeras mudanças estruturais. Deste jeito, a partir de um novo regime de governo a educação é vista como fator de desenvolvimento. Neste sentido, correlaciona-se o exercício da política educacional brasileira com o ritmo de desenvolvimento econômico. Portanto, valoriza-se a necessidade da qualificação de mão de obra especializada nos currículos. Nesta fase, a educação tinha, por consequência, um papel crucial, que era fornecer mão de obra qualificada às indústrias brasileiras. É neste cenário que o Brasil assina um acordo com uma agência americana para colocar a educação brasileira sobre os moldes capitalistas. Referendado o acordo, entram em vigor os convênios entre MEC-USAID.

Em consonância com os acordos estabelecidos entre MEC-USAID, Maria Ruth de Sousa torna-se, em 1967, Supervisora de ensino do município de Itaporanga. Recém formada no Curso de Formação de Professores-Supervisores⁴, pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Nesta instituição, capacitava-se professores para o exercício da função de supervisão Escolar, já que a perspectiva neste momento era industrial-capitalista. Ou seja, era imperioso formar técnicos em educação, o que Saviani (2009) denomina como especialistas.

Ao curso de pedagogia, além da formação de professores para habilitação específica de magistério (HEM), conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em Educação, ai compreendidos os diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino (SAVIANI, 2009, p. 147).

Assim sendo, os cursos de Pedagogia, passam a ter habilitações para formar os técnicos da educação. A partir da Reforma Universitária de 1968, o curso de Pedagogia é fragmentado passando a ter dois ciclos: o 1º com os conteúdos básicos da área; e o 2º com os conteúdos específicos da habilitação escolhida. Além disto, o curso de Pedagogia possuía quatro habilitações: Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar e Inspeção Escolar. Todas essas modificações, que se sucederam no curso de formação de professores, estavam alicerçadas na tendência pedagógica tecnicista, que dava ênfase ao “como fazer”, desqualificando-se a reflexão sobre as etapas do processo pedagógico como um todo.

No ano de 1969, Maria Ruth decidiu percorrer novos caminhos indo à Brasília, onde é aprovada no concurso para professora de crianças especiais. Voltando

⁴ Curso realizado entre 1965 a 1966 no Rio de Janeiro.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

à Paraíba em 1974, presta, novamente, concurso para professora. Desta vez, interessa-se pela disciplina de artes. Mais uma vez é aprovada e, com isto, passa a compor o quadro do complexo Educacional Sesquicentenário. Este concurso visava corresponder à organização do ensino de 1º e 2º grau, o qual seria complementado, em âmbito operacional, com a formação de professores à luz da legislação educacional vigente que exigia formação mínima para exercer o magistério. Segundo o artigo 30 da Lei 5.692/71:

Art. 30. Exigir-se à como formação mínima para o exercício do magistério:

a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;

b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;

c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, 1971).

De acordo com a lei de 1971, o professor para exercer a licenciatura tinha que ter formação mínima. No caso do

Ensino

Primário

, o professor deveria possuir a formação de nível médio (Magistério) para lecionar de 1ª à 4ª série, mas também poderia lecionar na 5ª e na 6ª série mediante estudos adicionais. Por conta disto, a Professora Maria Ruth passa a cursar a Licenciatura em Educação Artística na UFPB. Como dito antes, neste momento, ela estava como docente da disciplina de educação Artística. Entretanto, vale ressaltar que neste período a referida disciplina torna-se obrigatória nos currículos do 1º e 2º Graus, estabelecida pela lei de nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Após sua passagem pelo Complexo Educacional Sesquicentenário, Maria Ruth vai ser professora da Escola Municipal General Rodrigo Otávio, onde exerceu a função de professora de Educação Artística, posteriormente desempenhou a função de supervisora escolar. Foi nesta escola que Maria Ruth concluiu sua trajetória docente no dia 18 de setembro de 1994, quando veio a sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC – hemorrágico).

Como referido durante esse trabalho, Maria Ruth de Sousa foi uma referência para a história da docência e da educação no estado da Paraíba.

CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento do trabalho, destacamos a importância da compreensão da profissão docente nos anos autoritários do Brasil, a partir da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

trajetória de vida de uma professora. Com isto, proporcionou-se um olhar crítico nos diversos aspectos da profissão docente no decorrer de sua carreira profissional. Por este motivo, o trabalho buscou compreender a profissão docente e seus pontos de articulação entre o passado e o presente, partindo da análise da trajetória da professora Maria Ruth de Sousa. Desta forma, articulando a vida pessoal com a vida profissional mediante conexões com o contexto histórico em que viveu.

Segundo Chaves (2008), o imaginário não se resume num conjunto de opiniões, ideias ou conceitos que guardamos na memória. Ou seja, as imagens simbólicas são tecidas e unidas de maneira sinérgica e interdependente. Dessa maneira, o imaginário constrói suas histórias e organiza as experiências vivenciadas pelos seres humanos num contínuo processo retroalimentado. Por este motivo, durante o desenvolvimento do estudo, percebemos que a configuração do ser professor não ocorre de forma isolada do contexto do eu privado. Tanto uma coisa como outra são, na prática, leituras de mundo. Mediante as suas vivências e interpretações, construímos a trajetória profissional e pessoal, num só tempo. Sendo assim, a professora Maria Ruth edificou sua trajetória profissional a partir

das
leituras

do tempo histórico em que atuou como educadora. Cabe salientar que, mesmo nos anos de maior repressão no decorrer da Ditadura, sua postura era diferenciada e libertadora.

Além disso, o contexto histórico e social em que viveu Maria Ruth configura a sua história privada, delineando a sua trajetória professoral num só tempo. Aliás, pelas suas histórias de vida e profissional, compreendemos que as relações de trabalho eram motivadas por interesses políticos. Neste sentido, os cargos públicos, em específico o cargo de professor, eram conseguidos através de favores prestados às oligarquias. Dito de outra maneira: “a formação não era pré-requisito para o exercício professoral”. Entretanto, Maria Ruth foi oposta a esse enredo. Ou seja, ela sempre aperfeiçoou sua prática para as funções que exerceu dentro do serviço público visto que fez vários cursos para melhor executar o seu trabalho. Por conta disto, sempre pesquisou e aplicou os conhecimentos adquiridos nos cursos que realizou. Todos estes fatos marcaram a trajetória da professora, tornando-se características de sua identidade docente.

Concluindo, ressaltamos a contribuição da pesquisa bibliográfica e biográfica para a compreensão do fenômeno educativo em diversos contextos e momentos históricos, pois isto permitiu



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

reflexões interessantes relacionadas ao exercício e da imagem da docência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Decreto de N° 5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Brasília: Congresso Nacional, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L5692.html. Acesso em 06 de junho de 2016.

CHAVES, Iduina Mont'sAlverne Braun. Imaginário e Mediação Biográfica na Formação Docente. Figuras Antropológicas e Simbolismos. In: BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; PASSEGGI, Maria da Conceição. **Coleção Pesquisa Autobiográfica: Narrativas de Formação e Saberes biográficos**. V.6. Natal: Cortez, 2008. p. 231 – 248.

COSTA, K.L.S.; MORAIS, J.S.; MORAIS, M.A.C.; SILVA, F.L. A leitura e a escrita no espaço escolar norte-riograndense (1910-1940). In: MEDEIROS NETA, O.M., STAMATTO, M.I.S. Práticas educativas, formação e memória (Org.), Campinas, SP: mercado de letras, 2015. p. 63 – 86.

ESQUISANI, Rosimar Serena; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Ser Professora: Um estilo de vida pontuado pela formação. **HISTEDBR On-line**, campinas, nº 38, p. 104 – 115, Jun. 2010. p. 104 – 115.

GHIRALDELLI, Paulo. A Segunda República. In: _____. **História da Educação**. 2. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. p. 39 – 77.

HOLLY, Mary Louise. Os professores e os contextos conceituais de ensino. In: NÓVOA, António. **Vidas de professores**. 2. Ed. Lisboa: Porto, 1995. p. 82 – 86.

NÓVOA, António. Os professores: um “novo” objeto da investigação educacional?. In: _____. **Vidas de professores**. 2. Ed. Lisboa: Porto, 1995. p. 14 – 17.

_____. Esboço de um modelo de análise da profissão docente. In: _____. **Profissão Professor**. Lisboa: Porto, 1999. p. 22 – 31.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v.14, n.40, 143-155, jan/abr. 2009.

_____. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, campinas, vol. 28. N. 76, p. 291 – 312, set./dez. 2008.

_____. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.